



Ref.: Pregão Eletrônico n.º 054/2024 – Município de Catalão (GO)

Recorrente: A & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Lote 4 – Fase: Interposição de Recursos

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação,

Ilmo. Sr. Representante do Município de Catalão (GO),

Sumário

I – DA TEMPESTIVIDADE.....	2
II – DOS FATOS	2
III – DO DIREITO.....	3
a) Da possibilidade de saneamento de falhas e complementação de documentos (Lei nº 14.133/2021).....	3
b) Da jurisprudência sobre a habilitação econômico-financeira e a documentação exigida	3
c) Da Jurisprudência do TRF-1 sobre a possibilidade de saneamento de falhas.....	4
d) Da ausência de prejuízo à Administração.....	5
Certidão Emitida em 30/01/2025	6
.....	6
IV – DO PEDIDO	7
V – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	7

A & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.999.469/0001-65, com sede no seguinte endereço: Rua 25 de junho, S/N, Qd. 09, Lt. 25, Sala 01, Jardim Veneza, CEP 74.958-160, Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, endereço de e-mail: contato@cafecristaldupuro.com.br, por intermédio de sua representante legal o(a) Sr(a) AGMIR ESTEVAM DE CASTRO brasileiro, portada do Documento de Identidade nº 2684257, órgão emissor SSPGO e inscrita sob CPF nº 517.140.941-20, residente e domiciliada na cidade de Goiânia-GO, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, com fundamento no art. 165 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 (correspondente ao antigo art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02), bem como demais dispositivos legais e editais aplicáveis, **interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:



I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é apresentado dentro do prazo legal e editalício para interposição de recursos, conforme consta no instrumento convocatório e nos registros do sistema eletrônico (ou na ata do certame). Assim, requer-se o seu regular processamento e, ao final, seu provimento.

II – DOS FATOS

1. A Recorrente participou do **Pregão Eletrônico n.º 054/2024**, sagrando-se vencedora no **Lote 4**.
2. Ocorre que, na fase de habilitação, a empresa teve sua documentação **recusada** sob a alegação de que a **Certidão Negativa de Falência/Concordata/Recuperação Judicial** apresentava data de emissão superior a 30 (trinta) dias, em desacordo com o subitem 11.3.1 do Termo de Referência e com o item 9.6.4 do Edital.
3. Em razão disso, a A & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA foi considerada **INABILITADA**, ensejando a possibilidade de apresentação do presente recurso, por entender que a decisão fere princípios e disposições legais, notadamente da Lei nº 14.133/2021, que asseguram a possibilidade de saneamento de falhas ou complementação de documentos, conforme adiante exposto.

4. Cumpre ressaltar que a Recorrente **já apresentou** uma nova Certidão Negativa de Falência, emitida em 31/01/2025, (em anexo) atendendo plenamente ao prazo estipulado (30 dias) e comprovando a inexistência de qualquer óbice à sua participação na licitação.

III – DO DIREITO

- a) Da possibilidade de saneamento de falhas e complementação de documentos (Lei nº 14.133/2021)
 5. A Lei nº 14.133/2021, em seus arts. 63 a 69, disciplina a fase de julgamento e habilitação, trazendo, dentre outros aspectos, a previsão de que falhas ou insuficiências em documentos podem ser supridas, desde que não se trate de substituição de documento essencial ou de alteração da proposta em aspectos igualmente essenciais.
 6. Nesse sentido, o art. 63 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o agente de contratação poderá solicitar esclarecimentos ou promover diligências para elucidação de dúvidas ou complementar a instrução do processo, desde que não haja modificação das características essenciais da proposta.
 7. O art. 64, § 1º, do mesmo diploma, reforça que, no curso da fase de julgamento, poderá ser dada oportunidade de saneamento de falhas que não alterem a substância da proposta ou a qualificação do licitante, inclusive quanto à documentação.
 8. Em outras palavras, se o conteúdo do documento permanece inalterado, tratando-se apenas de atualização de uma certidão que já havia sido anexada — cuja finalidade é a mesma (comprovar a regularidade econômico-financeira do licitante) — não haveria razão para a inabilitação da Recorrente sem antes oportunizar a juntada da certidão atualizada.
 9. Esse entendimento é corroborado pelos princípios constitucionais da eficiência, da razoabilidade e da competitividade, que asseguram a máxima participação possível de licitantes idôneos, evitando exclusões por meras formalidades supérfluas.

b) Da jurisprudência sobre a habilitação econômico-financeira e a documentação exigida

10. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no **Processo de Consulta nº 1148573**, julgado em 12/6/2024, ao analisar a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) no tocante à comprovação da qualificação econômico-financeira, reiterou que a Administração tem o dever de exigir apenas a documentação indispensável à efetiva demonstração da aptidão econômico-financeira dos licitantes, devendo, contudo, agir com prudência e proporcionalidade.
11. Nessa consulta, restou consignado que os documentos previstos nos parágrafos do art. 69 são, em regra, complementares àqueles do caput e incisos do mesmo artigo, mas a Administração deve viabilizar o exercício de conferência e controle por parte das linhas de defesa e dos licitantes.

12. Assim, reforça-se a ideia de que a simples exigência de documentos em prazo específico não pode suplantiar o direito do licitante de demonstrar sua regularidade, especialmente quando o erro sanável se refere apenas à data de emissão ou prazo de validade. Em tais hipóteses, o princípio do formalismo moderado (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e o dever de promover diligências (art. 63 da mesma lei) autorizam a apresentação de certidão atualizada que corrija eventual falha meramente formal.
13. Conclui-se, portanto, que, à luz do entendimento firmado no TCE-MG e em harmonia com a Lei nº 14.133/2021, é perfeitamente cabível (e recomendável) que a Administração admita a apresentação da certidão atualizada, tornando inequívoca a condição regular da empresa.

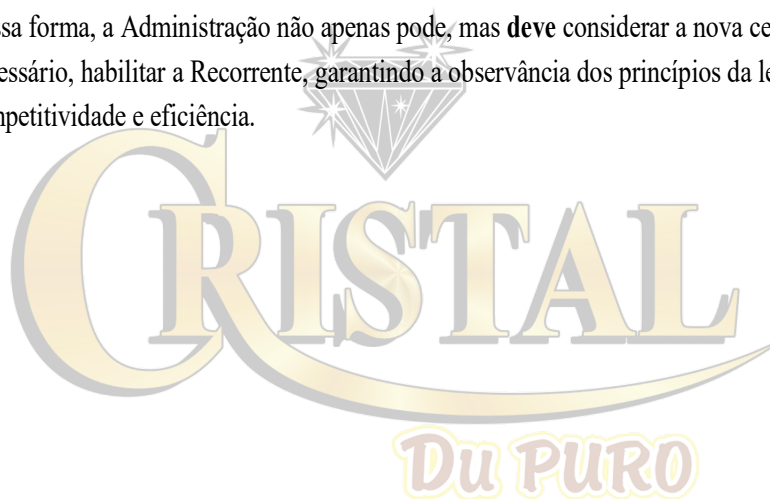
c) Da Jurisprudência do TRF-1 sobre a possibilidade de saneamento de falhas

14. A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**Agravo de Instrumento n.º 1001197-36.2022.4.01.0000**) igualmente respalda a tese de que não se considera “documento novo” aquele que já existia à época da proposta, mas que, por equívoco ou falha, não foi anexado aos autos no momento oportuno. Na referida decisão, restou consignado que:



“(…) A vedação à inclusão de novo documento (...) não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (...)”
15. No caso examinado, a empresa vencedora apresentou inicialmente certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor de local diverso de sua sede. Posteriormente, a pregoeira admitiu a juntada da certidão correta (relativa ao distribuidor da sede), considerando que a condição de regularidade já estava preenchida no momento da proposta, mas, por mero erro, não havia sido anexada.
16. O TRF-1 entendeu que essa diligência é lícita e compatível com os princípios que regem as licitações, não se caracterizando como “inclusão de documento novo”. Ao contrário, trata-se de um saneamento de falha amparado tanto na Lei nº 8.666/93 (art. 43, § 3º) quanto na Lei nº 14.133/2021 (art. 64), quando a documentação comprova fato preexistente, respeitando a isonomia entre os licitantes e evitando a desclassificação indevida de proponente habilitado.
17. Tal entendimento dialoga perfeitamente com o caso em tela, em que a Recorrente apenas atualizou a certidão negativa de falência (antes emitida com data superior a 30 dias) para novamente atestar uma condição que já existia desde a fase inicial do procedimento — qual seja, a inexistência de fato impeditivo à sua participação.
18. Portanto, à luz da jurisprudência do TRF-1, verifica-se que a Administração não só pode, como deve oportunizar ao licitante a correção de equívocos formais ou a juntada de documento existente à época da licitação, garantindo-se o interesse público, a economicidade e a ampla competitividade.

d) Da ausência de prejuízo à Administração

19. A exigência de certidão negativa de falência no prazo de 30 dias tem por finalidade aferir a estabilidade econômico-financeira do licitante. Contudo, o fato de a primeira certidão ter extrapolado esse lapso temporal não causou qualquer prejuízo ao procedimento, pois a Recorrente já apresentou a nova Certidão (emitida em 31/01/2025), confirmando a permanência de sua regularidade.
20. Não há violação ao edital ou à competitividade, tampouco à isonomia, pois não se pretende substituir documento essencial que não existia, mas apenas atualizar a mesma certidão, mantidos o conteúdo e a finalidade originais.
21. Dessa forma, a Administração não apenas pode, mas **deve** considerar a nova certidão e, caso entenda necessário, habilitar a Recorrente, garantindo a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência.



Certidão Emitida em 30/01/2025

 Estado de Goiás Poder Judiciário COMARCA DE GOIÂNIA CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL 31 de janeiro de 2025 Luis Silva Escrivão	 ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIÂNIA
	<h2>CARTÓRIO DISTRIBUIDOR</h2>

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

Identificação:

Requerente : **A & A INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**
Profissão : **PESSOA JURIDICA**
CPF/CNPJ : **12.999.469/0001-65**
Domicílio : **APARECIDA DE GOIANIA - GO**

até a presente data, ressalvada a existência de ações de **Falência e Concordata**,
Comarcas do Estado de Goiás. **CERTIFICA** mais que a presente certidão abrange todas as
que se reporta e dá fé. **NADA MAIS**. Era tudo o que foi pedido para certificar, do
do Estado de Goiás em 31 de janeiro de 2025 (31/01/2025).

Quaisquer distribuições de ações de **Falência e Concordata**,
até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.
Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital
do Estado de Goiás em 31 de janeiro de 2025 (31/01/2025).

Cartório Distribuidor Cível
Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....:55,08
Valor da Taxa Judiciária.....:18,29
Total.....:73,37
Data Recebida.....:31/01/2025
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 734793735

Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 31/01/2025 às 10:07:57
Para validar este documento informe o código 4000 0257 3479 3735 3248 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>

IV – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, a Recorrente requer:

1. **O conhecimento** do presente recurso, por sua tempestividade e regularidade formal;
2. **O provimento**, para reformar a decisão de inabilitação da A & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, levando em conta a efetiva apresentação da nova Certidão Negativa de Falência, emitida em 31/01/2025, em plena conformidade com o subitem 11.3.1 do Termo de Referência e com a Lei nº 14.133/2021;
3. **A habilitação** da Recorrente, uma vez que foi apresentada a nova Certidão Negativa de Falência emitida em 31/01/2025, sanando-se a falha meramente formal e preservando-se a proposta mais vantajosa, em atenção aos princípios da ampla competitividade e aos dispositivos de diligência e saneamento de falhas previstos na Lei nº 14.133/2021.

V – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do princípio da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa ao erário recomenda a não exclusão prematura de licitantes por irregularidades de natureza meramente formal, passíveis de regularização, especialmente quando inexistente prejuízo ao procedimento licitatório.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Aparecida de Goiânia/Go, 31 de janeiro de 2025

A & A INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

CNPJ/MF: 12.999.469/0001-65